



Esboços: Histórias em Contextos Globais

ISSN: 2175-7976

Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil

Cechinel, Michelle Maria Stakonski

“A GENTE FAZ UM ZONGO AQUI”: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS
GANESAS E APROPRIAÇÕES URBANAS (2014-2020)

Esboços: Histórias em Contextos Globais, vol. 28, núm. 48, 2021, Maio-Agosto, pp. 471-491
Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e72513>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594073154012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



“A GENTE FAZ UM ZONGO AQUI”: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS GANESAS E APROPRIAÇÕES URBANAS (2014-2020)

**“We put together a Zongo here”: contemporary Ghanaian migrations
and urban appropriations (2014-2020)**

Michelle Maria Stakonski Cechinel^{ab}

<http://orcid.org/0000-0001-5574-6633>

E-mail: miimss@gmail.com

^a Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de História, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil

^b Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unidade de Humanidades, Ciência e
Educação, Departamento de História, Criciúma, SC, Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa os recentes fluxos migratórios de ganeses que se deslocaram de *zongos*, assentamentos étnico-religiosos na região de Gana, para a cidade de Criciúma, na região Sul do Brasil, entre 2014 e 2020. Intenta-se compreender, com base na ideia de uma “cultura da itinerância”, as dinâmicas migratórias forjadas no contexto histórico de deslocamento desses sujeitos e a forma como os migrantes ganeses reconstituem suas identidades étnicas em trânsito. A hipótese defendida é a de que o modo como esses migrantes se inserem na cidade – formando, de um lado, espaços tensionados próprios para ganeses provenientes de *zongos*, logo fiéis ao islã e falantes da língua hauçá, e, de outro, para ganeses não zongorianos, especialmente da etnia axânti – representa uma extensão das tensões de organização social e histórica do local de origem: Gana. Assim, o artigo procura apontar como, em deslocamento, ganeses zongorianos de diversas etnias e ganeses axântis reforçam e ressignificam suas identidades, reproduzindo em trânsito dinâmicas sociais de separação espacial e cultural na sociedade de acolhimento – no caso estudado, Criciúma.

PALAVRAS-CHAVE

Migrações contemporâneas. Zongos. Gana.

ABSTRACT

This article aims to analyze the recent migratory flows of Ghanaians who moved from Zongos, ethnic-religious settlements in the region of Ghana, to the city of Criciúma, in the southern region of Brazil, between 2014 and 2020. The intention is to understand the migratory dynamics forged in the historical context of displacement of these individuals and the way they rebuild their ethnic identities in transit, based on the idea of an “itinerary culture”. The hypothesis defended is that the way these migrants interact with the city – forming tensioned spaces suitable for Ghanaians who previously lived in Zongos, thus, faithful to Islam and speakers of the Hausa language, and for non-Zongorian Ghanaians, especially belonging to the Axanti ethnic group – represents an extension of the of social and historical tensions related to the place of origin, Ghana. In this sense, the article intends to point out how, during displacement, Zongorian Ghanaians of different ethnicities and the Axanti Ghanaians reinforce and redefine their identities, reproducing, in transit, social dynamics of spatial and cultural separation in the host society - in the case studied, Criciúma.

KEYWORDS

Contemporary migrations. Zongos. Ghana.

Apesar do seu currículo, Abu, ganês oriundo de Kumasi,¹ confessou que estava desanimado com a possibilidade de ser aceito para a vaga de assistente de cozinha de um restaurante da cidade para onde havia migrado, Criciúma, no extremo-sul catarinense. Segundo ele, embora o estabelecimento fosse reconhecido pela fama de contratar migrantes, todos os que até então haviam sido selecionados para o preenchimento de vagas, coincidentemente, pertenciam a um mesmo grupo étnico ganês, minoritário na cidade: o axânti. O postulante, que se diz etnicamente mossi, acreditava que a influência dos colegas axântis na indicação poderia fazer com que ele – ou qualquer um que pertencesse à outra etnia – fosse preterido.

Na sua percepção, havia diversos mecanismos que os conterrâneos utilizavam para priorizar os “seus”, como o ocultamento das vagas disponíveis para os de “fora” e a construção de uma rede de troca de informações privilegiadas: “Os axântis são muito preconceituosos, acham que quem não é axânti não é verdadeiramente ganês” (ABU, 2018). Ele, apesar de ter nascido em Kumasi, na Região Axânti, e de falar fluentemente a língua axânti, não pertenceria a essa seleta rede de privilégios não só por ser mossi, mas por ser zongoriano, ou seja, oriundo de uma espécie de assentamento ganês pluriétnico e islamizado que, em seu próprio país, recebe a alcunha de “bairro dos estrangeiros” (AGIER, 1983; SCHILDKROUT, 2007).

O desabafo de Abu, independentemente da precisão do seu julgamento, indica uma importante questão ainda pouco analisada nos estudos que se debruçam sobre as trajetórias da diáspora ganesa contemporânea em direção ao Brasil: o modo como esses migrantes reconstituem suas identidades étnicas em trânsito e se apropriam da cidade de acolhimento, formando não só redes de sociabilidade e apoio, mas também territorialidades próprias, “espaços tensionados” da diferença.

Os recentes deslocamentos de africanos e caribenhos para o Brasil indicam a construção de novos fluxos contemporâneos, que inserem fortemente o país – mais propriamente o Sul do Brasil – como palco de acolhida no panorama das migrações no tempo presente. Entre as cidades que mais receberam migrantes nos últimos anos, encontra-se o palco da história de Abu: Criciúma. Segundo os dados oficiais do único relatório sobre a temática produzido pelo município, o *Relatório Situacional da Secretaria de Assistência Social de Criciúma* (2016), a cidade acolheu, entre 2010 e 2016, cerca de 3 mil migrantes de origens africana e caribenha, especialmente ganeses e haitianos. Os dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (Sacre) e de toda a série histórica do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), indicam que o número de migrantes deslocados e acolhidos em Criciúma, de 2014 até abril de 2020, foi de 2.260.²

Criciúma já chamara a atenção dos estudos migratórios graças aos intensos fluxos de mobilidade em direção aos Estados Unidos na década de 1990. Ao lado de Governador Valadares, em Minas Gerais, a cidade catarinense constituía um dos dois maiores polos de emigração para o exterior naquele período (ASSIS, 2004). As remessas em dinheiro e os investimentos na construção civil, oriundos do trabalho de migrantes nos Estados Unidos, aqueceram a economia da cidade, que enfrentava um

¹ A fim de preservar o anonimato dos migrantes entrevistados, todos os nomes foram trocados por pseudônimos.

² O Sismigra substituiu o Sacre em 2018.

declínio da sua, até então, principal economia: a extração do carvão (ASSIS, 2004). Em 2011 e, mais particularmente, em 2014, no entanto, Criciúma se descobriu inserida em outro fluxo: destino final ou de passagem de longa estadia na rota de haitianos e, em especial, africanos oriundos de países da região oeste do continente, como ganeses, senegaleses e togolese (ASSIS; CECHINEL, 2018).

O presente estudo centra seus objetivos na análise desse novo fenômeno migratório em Criciúma, em especial do fluxo ganês, entendendo o contexto citadino como um espaço relacional em que se produzem fenômenos significativos e invenções culturais inéditas, e não apenas justaposição de culturas (AGIER, 2011). A metodologia de pesquisa envolve a utilização de diário de campo etnográfico, depoimentos orais, análise de fichas referentes à entrada de migrantes na instituição de acolhida Casa de Passagem São José, em Criciúma, e análise bibliográfica. A interpretação aqui defendida é a de que os grupos migrantes ganeses constituem seus rearranjos sociais pela construção de espaços translocais³ que reinventam a lógica da sociabilidade e da organização ganesa na cidade de acolhimento. Essa dinâmica recriaria, em trânsito, tensões entre ganeses de diversas etnias e religiosidades, especialmente entre os oriundos ou não de uma espécie singular de assentamento transterritorial segregado, presente em grandes centros urbanos de Gana: os zongos.

TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS NO TEMPO PRESENTE: A INSERÇÃO DO BRASIL E DE SANTA CATARINA NAS ROTAS DE DESLOCAMENTO SUL-SUL

Segundo Pison (2019), em 2017, o fluxo de movimentos globais sul-sul superou, pela primeira vez, os deslocamentos do sul global para o norte. Essa tendência se acentuou nos anos subsequentes e parece indicar uma mudança nas dinâmicas migratórias globais. De fato, desde 2013, o aumento sensível no número de refugiados de países africanos, sul e centro-americanos (BRASIL, 2016a; 2016b; 2017a; 2017b; 2018; 2019), bem como o aumento sensível da presença desses migrantes no mercado de trabalho brasileiro (CAVALCANTI *et. al.*, 2015; 2016; 2017; 2018), sugere a inclusão do Brasil nas novas rotas migratórias e o fortalecimento do trânsito no hemisfério sul.

O campo dos estudos das migrações sul-sul se diferencia de outras formas de estudos migratórios não só por conta do enfoque na direção do trânsito, mas em razão da difícil definição do que é o sul global. Assim, baseando-se em Babić (2017), a discussão do sul global envolve a compreensão de fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e humano dos Estados-nação, bem como fatores estruturais históricos, que envolvem as perspectivas relacionais construídas em função dos fenômenos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais. Os movimentos em perspectiva sul-sul “refletem e (re)configuram condicionantes que ocorrem fora das fronteiras nacionais, com impactos na conformação da imigração no âmbito de cada país” (BAENINGER, 2018, p. 13).

O recente estudo de Pison (2019) aponta que, em 2017, foi possível identificar pelo menos 97 milhões de migrantes em trânsito sul-sul, enquanto o fluxo sul-norte, por

³ O conceito de translocalidade é aqui acionado com base na concepção cunhada por Appadurai (1996).

sua vez, apresentou um índice inferior: 89 milhões de deslocamentos. Esses dados, baseados no relatório *Trends in International Migrant Stock: The 2017, Revision, and International Migration Report* (UNITED NATIONS, 2017), identificam aquilo que é uma tendência, mas estão longe de contemplar a totalidade dos deslocamentos, pois a fragilidade dos registros migratórios decorre, inclusive, da própria natureza de alguns trânsitos, muitas vezes informais e indocumentados.

Entre os dados de deslocamentos possíveis de serem quantificados em termos globais estão os registros de solicitação de refúgio coletados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). O relatório *Global Trends, 2019*, publicado pela instituição, aponta que, atualmente, 25,9 milhões de pessoas deslocadas de seus países são solicitantes de refúgio ou refugiados. Trata-se do maior contingente populacional já verificado pelo Acnur desde o início dos registros dos refugiados no mundo, em 1950. O relatório acima citado aponta ainda que o Brasil recebeu cerca de 80 mil pedidos de refúgio em 2018, o que alçou o país ao sexto lugar mundial na procura de asilo.

Até 2018, o Brasil nunca havia figurado na lista dos maiores receptores de refugiados do Acnur. No entanto, os dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) indicam um aumento gradual dos protocolos de refúgio no país desde 2010. A análise dos relatórios divulgados pelo comitê parece indicar três momentos de maior intensidade de trânsito de solicitantes de refúgio no Brasil: 2011, 2014 e 2018.

Em 2011, houve um aumento significativo de protocolos de haitianos, parte em decorrência do intenso abalo sísmico que afetou o país um ano antes, em 2010. No entanto, como indica Magalhães (2018; 2017), o fenômeno catastrófico, apesar de ser fundamental para a intensificação do fluxo de saída de migrantes haitianos, não pode ser compreendido como a única causa do deslocamento desses sujeitos para o Brasil.⁴ Em 2014, foi possível identificar a continuidade do fluxo de migrantes que tradicionalmente se deslocavam para o Brasil, como haitianos,⁵ sírios, senegaleses, angolanos e congoleses; o aparecimento de solicitações de refúgio de países que não constituíam fluxos de deslocamento contínuos para o Brasil, como Gana; e um sensível aumento nos números de solicitações de refúgio de pessoas oriundas de países que se classificaram para a edição da Copa do Mundo Fifa, realizada no Brasil naquele ano, como os já citados ganeses e também nigerianos e camaroneses. Por fim, em 2018, pôde-se ver um aumento exponencial de solicitações de refúgio e, virtude da crise na Venezuela. Naquele ano, dos cerca de 80 mil pedidos de refúgio no Conare, 61,6 mil foram protocolados por venezuelanos.

⁴ Segundo Magalhães, "não obstante ser esse um fenômeno social recente (a imigração haitiana no Brasil tem seus primeiros registros apenas ao final de 2010), ele se insere no rol de processos emigratórios haitianos que remontam desde o final do século XIX. Seu estudo exige, portanto, conhecimento destes processos históricos de modo a se identificar de forma precisa a especificidade do fluxo ao Brasil" (2018, p. 370). O autor comprehende que os deslocamentos de haitianos para o Brasil não são frutos de um processo monocausal, e sim que seus vetores envolvem três dimensões: a economia capitalista mundial, a conjuntura da própria sociedade haitiana e a economia brasileira (MAGALHÃES, 2018). Para compreender melhor as migrações haitianas, ver: Baeninger *et al.* (2016) e Magalhães (2013).

⁵ O Haiti hoje é o segundo país em número de solicitações de refúgio no Conare, porém os pedidos de refúgio dos haitianos não são analisados pelo comitê, e sim encaminhados ao Departamento de Estrangeiros (Deest), que, em conjunto com o Conselho Nacional de Imigração (Cnig), concede vistos humanitários de permanência no país, com base na Resolução Normativa nº 117/2015.

Segundo o Relatório OBMIGRA (CAVALCANTI, et al., 2015), em 2015 ocorreu uma reconfiguração espacial da força de trabalho estrangeira no Brasil. Se até 2010 cerca de 70% dos imigrantes com carteira assinada trabalhavam na Região Sudeste, em 2015, após anos de queda contínua no índice de contratos de migrantes no Sudeste, os estados do Sul passaram, enfim, a despontar como lugar de atração de migrantes laborais, alcançando o índice de 35,7% do total das carteiras de trabalho assinadas no período. Desse número, 26% se referiam a admissões realizadas por empresas catarinenses, o maior índice de admissões entre todas as unidades da federação naquele ano. Em 2019, a publicação pelo OBMIGRA do estudo sobre a inserção do imigrante solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal (CAVALCANTI et al., 2019) indicou que o Sul continuou a ser responsável pela absorção da maior parte da mão de obra dos solicitantes de refúgio até 2018.

Com relação às migrações contemporâneas internacionais em Criciúma, o papel de empresas da região no recrutamento de migrantes haitianos em cidades como Brasileia e Epitaciolândia, no estado do Acre, foi fundamental para a formação desse fluxo e a inserção da cidade nessas novas rotas migratórias do tempo presente (FIGUEREDO, 2016). O ápice do acolhimento de migrantes, no entanto, se deu em meados de 2014, quando, em decorrência da Copa do Mundo realizada no Brasil, migrantes africanos, cujas seleções nacionais haviam se classificado para o evento esportivo, entraram no país com visto de turismo. Os chamados “migrantes da Copa” protocolaram pedidos de refúgio no Conare e se deslocaram para regiões no Sul do Brasil, especialmente Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e Criciúma, em Santa Catarina (ASSIS; CECHINEL, 2018).

Essas cidades chamaram a atenção dos migrantes africanos em função das informações trocadas com outras redes de migração, como a dos haitianos, que indicavam, pelo relato de recrutamento por empresas da região, a possibilidade maior de inserção laboral, bem como a rapidez da Polícia Federal no encaminhamento dos protocolos de refúgio. No caso dos migrantes muçulmanos que optaram pelo deslocamento para Criciúma, outro fator foi preponderante para a escolha: a presença da maior mesquita do sul do Brasil na cidade, a Mesquita Palestina.⁶

Em 2014, as prefeituras de Caxias do Sul e de Criciúma moveram ações pelo Ministério Público Federal contra a União, solicitando que o Estado brasileiro tomasse providências para auxiliar os municípios a integrar os migrantes ganeses e dar celeridade à análise dos pedidos de refúgio desse grupo (CAVALCANTI et.al., 2014).

Umadas especificidades da migração ganesa, contudo, é a aparente inadequação jurídica dos pedidos de refúgio. O país, que atualmente não registra conflitos civis – de cunho religioso ou político –, é considerado uma nação economicamente estável e de acolhimento de migrantes que se deslocam entre os países da África Ocidental (AGYEMAN; SERTRANA, 2014). A maior parte dos pedidos protocolados por ganeses no Conare, portanto, não se enquadra na Lei do Refúgio (Lei nº 9.474/1997), segundo a qual refugiado é todo e qualquer indivíduo que se encontre fora do seu país em razão de “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (BRASIL, 1997a), que não possa ou não queira regressar ao seu país em virtude dessas circunstâncias, ou que é obrigado a migrar do seu país

⁶ Para compreender melhor os aspectos relacionados à conjuntura produtiva e econômica do sul de Santa Catarina e de Criciúma, em especial, ver: Filho (2007) e Magalhães (2013).

de origem por causa da “grave e generalizada violação de direitos humanos” (BRASIL, 1997a). Não obstante, tendo em vista o grande número de entrada de ganeses no Brasil desde 2014, o Cnig, baseado na Resolução Normativa de 27 de novembro de 1998, que disciplinava a avaliação de situações especiais e casos omissos, decidiu conceder vistos de permanência para casos considerados especiais.

Apesar de enquadrarem-se nos “casos considerados especiais”, ao analisar rascunhos das fichas de protocolo de refúgio, que se encontram nos arquivos da Casa de Passagem São José de Criciúma, e com base nas entrevistas com ganeses que passaram pelo crivo do Conare, é possível identificar algumas estratégias narrativas por eles utilizadas para o preenchimento do questionário do protocolo de refúgio, como a necessidade de indicar, como vetor essencial de saída da terra natal, alguma forma de perseguição política ou religiosa, a fim de ampliar as possibilidades de permanência documentada no país.

Seja qual for a estratégia de permanência, o resultado é a consolidação de um novo destino nos projetos migratórios ganeses. De acordo com as estatísticas do “Gráfico de distribuição da população africana por país de origem, segundo as grandes regiões”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), até o ano 2000, o Brasil havia registrado a entrada de 103 ganeses documentados em seu território, todos residentes na Região Sudeste do país. Cotejando esses dados com as análises do Cnig e do Conare, é possível inferir que, apesar de o ápice da procura de ganeses pelo Brasil ter ocorrido em 2014, o número de entradas e solicitações de permanência tem sido estável e contínuo desde então. É no bojo dessas novas tendências dos trânsitos globais do tempo presente, apontadas pelos estudos de Pison (2019) e de agências como Acnur, Obmigra e Conare, que o Sul, mais especificamente o estado de Santa Catarina, emerge como destino laboral.

ESPAÇOS TENSIONADOS DA DIFERENÇA

A cultura da itinerância ganesa

Apesar da recente inserção do Brasil como destino na rota das migrações ganesas, da alcunha de “migrantes da Copa” e da importância do “marco de 2014”, a estratégia do deslocamento como projeto individual e familiar não é um fenômeno recente em Gana, como indicam os estudos de Agyeman e Sertrana: “Migração em Gana tem uma torção dinâmica e complexa. Antes da instabilidade econômica e política na década de 1960, o país recebeu um grande número de imigrantes de e em torno de África. Depois disso, Gana rapidamente transformou-se num principal país de envio de migrantes” (2014, p. 14).

A tradição migratória ganesa de longa duração não apenas traduz a própria trajetória da formação do país e de seus povos, como contextualiza parte fundamental das dinâmicas de organização da sociedade ganesa no tempo presente, em Gana ou na diáspora. Essas dinâmicas de organização reproduzem e ressignificam tensões étnicas e religiosas, pois são forjadas pelo quadro de uma cultura da itinerância (MBEMBE, 2015) singular, que possibilitou o encontro de grupos étnicos com línguas, tradições e religiosidades diferentes no mesmo território. Para Achille Mbembe,

a história pré-colonial das sociedades africanas foi, de ponta a ponta, uma história de povos incessantemente em movimento através do conjunto do continente. Trata-se de uma história de culturas em colisão, tomadas pelo turbilhão das guerras, das invasões, das migrações, dos casamentos mistos, de religiões diversas que são apropriadas, de técnicas que são trocadas e de mercadorias que são vendidas. A história cultural do continente praticamente não pode ser compreendida fora do paradigma da itinerância, da mobilidade e do deslocamento (2015, p. 69).

A fim de compreender, portanto, o modo como os migrantes ganeses hoje se relacionam com a cidade de Criciúma e forjam suas identidades em trânsito, é preciso analisar, mesmo que de forma introdutória, como as noções de itinerância, mobilidade e deslocamento se entrelaçam na construção histórica de identidades e identificações em Gana.

A atual República de Gana, país localizado na região oeste da África sulsaariana, tem 28 milhões de habitantes e faz fronteira com os territórios de Burkina Faso, Togo e Costa do Marfim. Graças às singularidades históricas da formação do seu território, forjado em decorrência das relações entre diferentes povos oriundos da África Ocidental, com longínquo passado de mobilidade interna, o território ganês hoje abriga, oficialmente, cerca de cinquenta etnias e reconhece mais de oitenta línguas (GHANA, 2013). Segundo o *Population and Housing Census* de 2013, pesquisa realizada pelo centro governamental de estudos estatísticos de Gana – o Ghana Statistical Service –, akan é o maior grupo étnico do país (47,3%), seguido de mole dagbani (16,6%), ewe (13,9%), ga-dangme (7,4%), gurma (5,7%) e guan (3,7%) (GHANA, 2013, p. 61). A mobilidade em Gana desempenhou e ainda desempenha um papel basilar. Essa experiência faz parte, igualmente, de realidades históricas comuns a vários países das Áfricas, “que não reconstituem e não se reproduzem ‘apesar dos fluxos’, mas graças a eles, tendo no movimento não uma novidade decorrente de fenômenos globais contemporâneos, mas algo que é estruturante” (DIAS; LOBO, 2012, p. 11).

Segundo o relatório *Human Development Indices and Indicators: 2018 statistical update team*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), até 2018 havia aproximadamente 3 milhões de emigrantes ganeses em deslocamento, dentro e fora do continente africano, e 17 mil ganeses refugiados, inscritos no Acnur. O país, constituído por um longo histórico de fluxos migratórios entre suas fronteiras porosas (AWUNBILA et. al., 2008), tem atualmente, como principal economia, a extração e a exportação do cacau, porém credita parte de sua estabilidade econômica às remessas de dinheiro enviadas do exterior para as famílias que permaneceram na terra natal (GHANA, 2014).

É o que demonstra o relatório do primeiro Colloquium of the Diaspora Engagement Project: Linking the Ghanaian Diaspora to the Development of Ghana, de 2012, encontro que reuniu na capital de Gana, Acra, pesquisadores e representantes de entidades governamentais e organizações não governamentais para discutir os impactos econômicos das migrações ganesas. Segundo o relatório, os ativos da diáspora, remessas em dinheiro dos migrantes para familiares em Gana, são atualmente muito significativos para o equilíbrio da economia ganesa. Em 2012, por exemplo, as remessas em dinheiro excederam o valor de entrada de investimentos estrangeiros diretos no país.

A maior parte das remessas é oriunda de países do continente africano, e mesmo da própria África Ocidental, regiões de destino da maioria dos deslocamentos de ganeses. Segundo os dados do atlas *Rural Africa in motion: Dynamics and drivers of migration South of the Sahara* (2017), publicados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 75% do trânsito ganês se constituem em fluxos e refluxos entre os 54 países do próprio continente africano, e apenas 25% representam a inserção de migrantes em rotas transcontinentais. Ainda segundo o Colóquio, até então, os principais países receptores de migrantes ganeses fora do continente africano foram os de língua inglesa, como Inglaterra e Estados Unidos. Além desses, Holanda, Itália e Alemanha também figuravam na lista, que não incluía nenhum país da América do Sul. Como discutido antes, é em meados de 2014 que se pode identificar um deslocamento desses destinos e o aparecimento do Brasil na rota dos ganeses.

A dinâmica interna de migrações, no entanto, é mais antiga. Adjepong (2009) indica que o território que hoje identificamos como República de Gana foi definido por deslocamentos e disputas de inúmeras ordens, os quais foram motivados por questões geográficas, econômicas e religiosas, muito anteriores à presença portuguesa dos séculos XV a XVII e à colonização da região da Costa do Ouro (sul da atual Gana) pelo império britânico, a partir de 1874. Segundo Agyeman e Sertrana (2014), esses encontros étnicos resultavam tanto de conquistas territoriais de guerra quanto da necessidade de relações comerciais. Esses povos, ora inimigos, ora parceiros, circulavam pela região da África Ocidental, criando rotas caravanas importantes. José Rivair Macedo (2015) aponta, no entanto, que, em meados dos séculos XVIII e XIX, o grupo akan, falante da língua twi e suas variantes, constituiu um grande império hegemônico cuja capital se localizava na atual região de Kumasi, a Confederação Axânti, que reinou poderosamente na era pré-colonial, espalhando seu domínio sobre mais de quarenta povos diferentes que haviam se estabilizado ou que circulavam nos territórios dos atuais Gana, Togo e parte da Costa do Marfim.

Enquanto a Confederação Axânti expandia seu poderio pelas regiões acima citadas, simultaneamente, outro processo de domínio territorial teve início: a área próxima ao Golfo da Guiné, ao sul de Kumasi, passou a ser disputada e explorada por reinos europeus, em especial pelos portugueses que conquistaram a região da Costa do Ouro, em 1471, interessados no comércio do minério abundante na região. Em 1867, após disputas com outros impérios europeus, o Império Britânico anexou a Costa do Ouro e passou a disputar militar e politicamente os territórios comandados pela Confederação Axânti e por outros povos, como os fantis (MACEDO, 2015).

Oriundos da região de Kumasi, o grupo axânti atualmente reivindica a ancestralidade do antigo Império e continua a se organizar politicamente como uma monarquia tradicional, mesmo no interior de uma república presidencialista. Apesar das diversas tentativas de anulação do reconhecimento formal da autoridade dos chefes axântis, chamados na língua akan de *ashentenes*, tanto pela administração colonial britânica quanto pelos governantes do período pós-colonial, o prestígio dos chefes tradicionais se sustentou através dos tempos, de modo que ainda hoje os governantes ganeses não se sentem autorizados a administrar o Estado sem a sanção destes (LOURENÇO, 2017). De fato, o Estado ganês reconhece oficialmente a legitimidade do poder regional dos chefes axântis. A constituição ganesa protege essa estrutura política e cultural, caracterizando-a como um Estado subnacional tradicional.

A solidificação do poder simbólico dos grupos akan e, em especial, dos axântis se dá ao mesmo tempo que as regiões do sul do território da colônia Costa do Ouro são anexadas pelo Império Britânico. Paralelamente, ocorre um processo de consolidação das correntes de deslocamento interno de direção norte-sul. As áreas hoje denominadas Grande Acra, Axânti e Kumasi, no sul do país, começaram a crescer demograficamente em função de diversos fatores, como possibilidade de trabalhos sazonais na agricultura de cacau; construção de portos e minas na costa mediterrânea; possibilidade de formação intelectual nas grandes cidades, tutelada inicialmente por missões religiosas estrangeiras oriundas dos impérios coloniais; fortalecimento de setores secundários e terciários (AWUNBILA *et al.*, 2008). Além disso, Margareth Peil (1974) indica que muitos povos considerados estrangeiros, como fulanis, árabes, mossi e hauçás, que inicialmente se localizavam nas regiões norte e central da colônia da Costa do Ouro, passaram a se deslocar para o sul, fugindo da seca e do clima árido do norte. Esses fatores também atraíram diversas etnias de territórios que hoje são países vizinhos, como Nigéria, Libéria, Burkina Faso, e também o grupo Mao do Mali (PEIL, 1974).

É nesse contexto de deslocamentos, formação de fronteiras, definição de identidades e mitos fundantes que emerge uma espécie singular de assentamento transterritorial presente em grandes centros urbanos de Gana e em toda a África Ocidental, sobretudo nos países de minoria islâmica: os *zongos*. Constituídos na esteira das rotas migratórias, os *zongos* são assentamentos pluriétnicos de comerciantes muçulmanos, falantes da língua hauçá – um idioma islamizado. De modo geral, os assentamentos surgem, inicialmente, como campos de parada e espaços de trocas, graças às rotas comerciais de direção norte-sul. Com o passar do tempo e a permanência de alguns desses sujeitos migrantes, tais espaços passaram a formar bairros na periferia de grandes cidades e a reunir muçulmanos, comerciantes ou não, falantes da língua hauçá e descendentes de migrantes de diversas etnias oriundas do norte de Gana, ou de regiões do norte da África Ocidental, como Níger ou Burkina Faso (WILLIAMSON, 2014; SCHILDKROUT, 2007; AGIER, 1983).

Por causa do histórico da constituição dos bairros *zongos*, hoje eles são conhecidos em Gana pelas alcunhas de “bairro dos migrantes”, “bairro dos estrangeiros” ou “bairro hauçá”, engendrando uma espécie de espaço tensionado, cujas fronteiras são definidas por sinais diacríticos de ordem étnico-religiosa. Segundo Williamson (2014), a palavra *zongo* é proveniente de uma gíria usada na língua hauçá, *zango*, que significa “campo de viajantes” ou “parada”. Os primeiros registros oficiais do termo se encontram em mapas e documentos da administração colonial britânica no período do domínio inglês. A palavra *zongo* era assinalada para definir, nesses documentos, as áreas em que viviam grupos muçulmanos considerados estrangeiros: os *settlements of foreign african races*. Segundo Agier (1983), os *zongos* são mais do que bairros; são ambientes sociais às margens das estruturas econômicas modernas que passaram a se constituir propriamente como um grupo social específico, muçulmano, migrante, comerciante, urbanizado e que, apesar de aglutinar dentro de suas fronteiras etnias heterogêneas, costumam ser conhecidos como espaços próprios de uma cultura hauçá, religiosa.

Para Lopes e Macedo (2017), os hauçás são, possivelmente, oriundos da região do Sahel africano, sudoeste do Níger e norte da Nigéria, e, assim como outros povos da Nigéria, como os iorubás, não constituíam um povo unificado ou Estado uno, e sim um conjunto de povos que compartilhavam a mesma língua chídica e que

passaram, em algum momento da história, a compartilhar também mitos de origem e uma identidade em comum. As comunidades autônomas hauçás, em princípio, surgiram no século XII (MACEDO, 2015), em rotas comerciais transaarianas. Esses povos foram islamizados a partir do século XIII (LOPES; MACEDO, 2017), e desde os séculos XIV e XV é possível identificar a influência do islã “no estilo de vestimenta adotado pela população e no uso do véu pelas mulheres” (MACEDO, 2015, p. 62).

Além de terem acesso ao território onde hoje se localiza Gana graças ao intenso comércio das rotas transaarianas, que impulsionou a construção de mercados, paradas e *zongos* nas franjas das grandes cidades ganesas, Sangalli e Gonçalves apontam a associação de grupos hauçás ao Império britânico no período colonial. Os autores indicam que os hauçás chegaram a gozar de certos privilégios, em detrimento de outros povos da Colônia da Costa do Ouro, em virtude de suas “contribuições nas forças armadas e em cargos do governo colonial” (2019, p. 70). Ao que tudo indica, as tensões do período colonial reverberam no tempo presente. Historicamente considerados estrangeiros e, de alguma forma, favorecidos pelo domínio inglês na região, aos poucos eles foram perdendo influência no governo, sobretudo no período pós-colonial, e são retratados hoje como estrangeiros ou “nortistas” (*norteners*), sendo maioria nas áridas regiões do norte do país e minoria nas regiões do sul de Gana, residindo especialmente em *zongos*.

Para Cassentini, “a noção de *zongo* começou a ser usada em sentido mais amplo fora do espaço hauçá, de modo a incluir outros grupos étnicos. Hoje, a palavra designa genericamente um bairro histórico de migrantes” (2018, p. 452, tradução nossa). Ou seja, os *zongos* não são meramente bairros comerciais ou enclaves étnico-religiosos; são lugares que historicamente foram identificados como próprios de estrangeiros. A constituição e a permanência desses bairros sinalizam também uma forma de apropriação do espaço das cidades e da construção de arranjos sociais que evidenciam adaptações e resistências, em especial em se tratando da constituição da noção de pertencimento nacional para os ganeses no tempo presente. Como indica Margareth Peil:

A cidadania na África tendeu a ser definida pela etnicidade, então o local de nascimento é menos importante do que a ancestralidade. A cidadania num país de acolhimento é difícil de obter e raramente procurada, ao passo que as relações com o “lar” são reivindicadas até por famílias de emigrantes de segunda ou terceira geração cujos membros nunca o visitaram. As redes familiares e os contatos de negócios influenciam a direção da migração e o trabalho obtido na chegada. O casamento costuma ocorrer dentro do grupo étnico (1995, p. 347, tradução nossa).

Assim, muitos cidadãos ganeses, de pai e mãe também ganeses, são tachados de estrangeiros, por conta de uma espécie de determinismo geográfico que associa sua situação de zongoriano à de migrante. Os *zongos* representam, para Cassentini (2018), uma condição que se localiza entre os conceitos de inclusão e exclusão. Por um lado, sua existência simula um espaço onde os sujeitos negociam sua identidade étnica; por outro, os zongorianos são frequentemente excluídos da esfera política tradicional e, muitas vezes, têm a própria cidadania ganesa questionada.

Em meio a uma cultura da itinerância, que moldou o território e as características do heterogêneo povo ganês, os *zongos* representam mais um entre os inúmeros territórios tensionados possíveis, formados por fronteiras étnicas e religiosas que “permite[m] o reconhecimento de um grupo no mundo social e a inscrição de um lugar no espaço” (AGIER, 2015, p. 43).

FRONTEIRAS SIMBÓLICAS E DESLIZANTES: ZONGORIANOS E NÃO ZONGORIANOS NA CIDADE DE CRICIÚMA

Desde que chegou a Criciúma, Abu, 41 anos, ganês, nascido em Aboabo, *zongo* localizado na região de Kumasi, muçulmano, falante de hauçá e etnicamente mossi, se reuniu com algumas pessoas que conheceu antes de viajar para Criciúma, todas elas zongorianas de diversas regiões ganesas, a maioria oriunda dos *zongos* de Acra, capital do país. O contato inicial com esse grupo aconteceu via redes sociais, por intermédio de seus parentes, também migrantes, que haviam chegado ao Brasil e, posteriormente, partido para os Estados Unidos. A ideia de Abu e da família, que teve profundo impacto no planejamento de seu projeto migratório, era utilizar os contatos de ganeses no Brasil para fazer o que parte da família materna já havia feito alguns anos antes: usar o país como passagem para o destino final, no norte da América. Muitos conhecidos de Abu haviam entrado nos Estados Unidos sem documentos, ultrapassando a fronteira do México, e outros haviam comprado vistos e passaportes falsos. Entre fracassos e êxitos, o saldo havia sido positivo para a maioria dos conhecidos dele até então.

A experiência do deslocamento, portanto, não era novidade para a família de Abu. Ele mesmo já havia migrado. Antes de planejar a ida para os Estados Unidos, morara em outros *zongos* de países africanos, como Togo, Benim e Nigéria. Por falar hauçá, língua comum a todos os assentamentos *zongos*, ter nascido em um *zongo* em Kumasi e ser muçulmano, Abu tinha maior possibilidade de se adaptar ao país e procurar emprego se morasse entre “os seus”.

Ao chegar ao Brasil, país de trânsito, no entanto, o projeto migratório de Abu sofreu uma mudança, e ele decidiu permanecer no país, estabilizar-se e trazer a família, como é comum nas trajetórias migratórias contemporâneas, pois “a distinção entre ‘país de trânsito’ e ‘de destino’ fica menos evidente no contexto de mudanças rápidas e transformações globais” (JUNG *et al.*, 2018, p. 3). No caso dos Estados Unidos, destino inicial do projeto da família de Abu, a tradicional política de securitização das migrações foi enrijecida, desde o início do governo de Donald Trump, com a propagação de discursos nacionalistas e ações de controle fronteiriço, como a ordem executiva que vetou totalmente, durante três meses, a entrada de migrantes de sete países predominantemente muçulmanos da África e do Oriente Médio. Assim, com o enrijecimento das políticas de securitização, novas táticas de deslocamento são engendradas, projetos são alterados e contextos migratórios são redefinidos.

Em Criciúma, Abu entrou em contato com Farko, de 45 anos, ganês oriundo do *zongo* de Nima, em Acra, etnicamente chamba, de família convertida ao islamismo. Farko chegou a Criciúma antes da Copa do Mundo de 2014 e pode hoje ser considerado um dos primeiros ganeses a chegar e permanecer na cidade. Segundo Farko, a presença dos migrantes ganeses na cidade é fruto de um lento processo, formado por acasos e por estratégias burocráticas. Após contato com um primo de

passagem por Santa Catarina, Farko soube que empresas da Região Sul estavam buscando mão de obra de migrantes haitianos que haviam chegado ao país em busca de refúgio, fugindo da catástrofe do terremoto de 2011. Além da procura por mão de obra, Criciúma chamou a atenção de Farko por conta da Mesquita Palestina, a maior entre as três mesquitas do Sul do Brasil – as demais se localizam em Lages e em Porto Alegre. Os motivos elencados por Farko para o surgimento de um fluxo migratório ganês na cidade também são citados por outros migrantes que chegaram posteriormente a Criciúma. Além dessas questões, os outros migrantes indicam que escolheram a cidade pela agilidade da Polícia Federal no agendamento para a regularização da situação no Brasil.

Após contato com a mesquita, Farko conseguiu se estabilizar e, uma vez ali acolhido, passou a morar numa das cinco casas alugadas pela Secretaria de Assistência Social de Criciúma, no bairro Pinheirinho. O objetivo dessas casas era alojar, em caráter de urgência, migrantes solicitantes de refúgio que chegavam à cidade e não conseguiam vaga na Casa de Passagem São José, instituição de abrigo público municipal para pessoas em vulnerabilidade social. A casa de Farko chegou a abrigar 90 migrantes ganeses, a maioria zongorianos. Abu e ele afirmam que, apesar de "irmãos" – termo aqui utilizado para indicar uma familiaridade não consanguínea, mas étnica e religiosa –, se conheceram somente em Criciúma e, em decorrência da situação em que migraram, moraram juntos durante um período de suas trajetórias. Atualmente, eles não dividem mais a mesma casa. Por conta do seu trabalho, Abu mora em outro bairro de Criciúma também conhecido por abrigar muitos migrantes de origem ganesa, o bairro Próspera, no extremo oposto ao Pinheirinho.

Aparentemente, os relatos e a análise em campo na cidade de Criciúma indicam que o espaço citadino se encontra simbolicamente esquadrinhado: de um lado, migrantes zongorianos, muçulmanos, falantes de hauçá e pertencentes a inúmeras etnias, que primeiro se estabeleceram nas regiões próximas à Mesquita Palestina e ao bairro Pinheirinho; de outro, migrantes oriundos de diversas regiões ganesas, sobretudo Kumasi e Acra, majoritariamente axântis e cristãos, que se fixaram na região da Próspera.

Segundo Abu, a despeito de conviverem em inúmeros lugares de sociabilidade e de se reconhecerem como parte de uma mesma comunidade migrante, a diferença que os separa, inclusive espacialmente, é de origem religiosa: "Na Próspera só tem nós de muçulmanos, né, onde a gente mora. Lá na Próspera só nós, o resto é todos cristãos. Acho que lá é apenas uma casa de muçulmano" (ABU, 2018). No entanto, para Farko, as tensões não podem ser resumidas a termos religiosos: "Na verdade, o que acontece é que os cristãos que estão morando na Próspera, a maioria são os axântis, e eles são assim, eles não gostam de se misturar com quem é de zongos" (FARKO, 2018). Seu depoimento reforça a ideia de territórios tensionados que ultrapassam o sinal diacrítico religioso, mas recriam, em trânsito, as disputas étnicas históricas e os discursos de pertencimento comuns ao cotidiano desses ganeses. O depoimento de Farko, assim como o de Abu, fortalece o argumento de que há, em suas trajetórias, tensões identitárias prévias, que são de alguma forma ressignificadas em trânsito. O entrevistado ainda afirma:

Na verdade, axântis são preconceituosos. Sabe? Eles é... se tu vê o que aconteceu aqui em Criciúma, né? [...] Assim que eles

tudo acham, pensam que é... quem são de zongo, quem são mossi, hauçá, yorubá não são ganeses (FARKO, 2018).

No estudo etnográfico com migrantes africanos realizado por Sangalli e Gonçalves, na cidade de Caxias do Sul (2019), é possível identificar narrativas que se assemelham às de Abu e Farko, no âmbito do acionamento de identidades étnicas como marcadores de pertencimento, em detrimento de outros referenciais ou sinais diacríticos que poderiam ser acionados. Para os autores, embora os entrevistados

fossem categorizados com base na cor de sua pele na esteira de um processo de racialização brasileiro nas cidades em que viviam à época das entrevistas, eles indicaram seu pertencimento de acordo com outros referenciais, marcados por relações e dinâmicas de poder de suas regiões de origem (2019, p. 66).

Para a axânti Abeo, migrante nascida em Acra, que se deslocou sozinha para o Brasil em 2013 e, desde então, leciona tanto em escolas de língua inglesa quanto em plataformas de conversação on-line, a questão da identidade nacional não é tão importante quanto a diferença cultural religiosa entre zongorianos e não zongorianos. Abeo acredita que seu destino seria completamente diferente se tivesse nascido em um zongo islamizado:

Na minha cidade tem isso de zongo. É outra coisa. É muito triste, as meninas não estudam. A cabeça deles é diferente, eles acham que meninas não podem estudar. É culpa da religião deles, eu sou católica, lá eles casam as meninas cedo. É muito diferente do restante de Acra (2017).

Afi não concorda. Ele é ganês, zongoriano de Kumasi, muçulmano e se identifica com a etnia fulani. Ele fala diversos idiomas, entre eles akan, o dos axântis, e a língua comum no zongo Aboabo, o hauçá. Para ele, os zongos não representam um espaço tão diferente dos demais; são apenas comunidades em que historicamente os migrantes se assentaram e que podem existir em qualquer lugar do mundo. Seja em Gana, seja no Brasil, Afi acredita que esses lugares podem ser recriados, pois não representam nada mais do que um espaço onde os “irmãos” vivem juntos: “Se um outro imigrante chega, ele fala: ‘onde tem irmão? Onde tem alguém que é imigrante também?’ Aí ele vem e vive junto, e assim que começa o zongo” (AFI, 2017).

CONCLUSÃO

Abu, Farko, Abeo e Afi se identificam, em termos étnicos, respectivamente, como mossi, chamba, axânti e fulani. Todos são ganeses, nascidos em Gana, com pai e mãe ganeses. Entre os quatro, apenas Abeo não é zongoriana, assim como é a única a não compartilhar nem a crença islâmica nem a língua hauçá. Ela é solteira e viajou sozinha, nunca morou numa “comunidade de irmãos”. Apesar de os quatro migrantes entrevistados acionarem suas identidades étnicas, somente os zongorianos indicam também o bairro como característica importante de sua identidade. No entanto, no Brasil, antes de serem identificados como mossi, chamba, axânti ou fulani; zongorianos

ou não zongorianos; muçulmanos, cristãos ou pegans; esses migrantes têm suas etnias racializadas, são definidos inicialmente como negros e, posteriormente, talvez pelas suas identidades nacionais, como ganeses.

Para Michel Agier, a cidade é o espaço próprio da etnicização, ou seja, da criação relacional de símbolos que redefinem os grupos – “é um fator de etnicização que se aproxima de certa consciência da diferença cultural” (2011, p. 51), apesar de, aparentemente, toda cidade ser constituída tanto por dinâmicas sociais quanto por elementos cotidianos que fortaleçam a ideia de homogeneização. A chamada cultura da itinerância ganesa, que possibilitou a mobilidade e o contato entre tantos grupos que circularam pela África Ocidental, foi um importante vetor para a criação de espaços tensionados da diferença dentro das cidades africanas: os zongos. São as manifestações dessa mesma cultura da itinerância que reverberam ainda hoje nos arranjos sociais que redefinem noções de pertencimento em trânsito nas urbes.

No caso de Criciúma, inserida como cidade de acolhida nesse novo fluxo contemporâneo das migrações de direção sul-sul, a apropriação do espaço citadino e a criação de laços de solidariedade entre grupos diferentes oriundos das mesmas fronteiras nacionais indicam o acionamento de sinais diacríticos que forjam ou reforçam a ideia do pertencimento, para além de uma identidade nacional. Nessa cidade territorializada, constituída de códigos e símbolos, os espaços particulares para ganeses zongorianos e não zongorianos foram elaborados de forma relacional, embora, aos olhos externos, aparentemente um mesmo grupo negro, africano ou ganês, circule pelos mesmos espaços.

Esses espaços translocais, de alguma forma, reinventam a lógica da sociabilidade e da organização ganesa em Criciúma. Para Abu, a despeito de estar em Gana ou no Brasil, todos os irmãos devem permanecer juntos, e por irmãos ele comprehende aqueles que, não obstante a etnia, se identificam como zongorianos. “É, tipo, nós aqui, a gente vem de Gana, né? Daqui não volta mais. As nossas famílias tá aqui. A gente pode chamar o Zongo de Criciúma. A gente faz o zongo aqui” (2018).

REFERÊNCIAS

ABEO. Entrevista concedida a Michelle Maria Stakonski Cechinel. Criciúma, 10 de mar. de 2017.

ABU. Entrevista concedida a Michelle Maria Stakonski Cechinel. Criciúma, 10 fev. 2018.

ACNUR. *Global Trends: forced displacement in 2018*. Genebra: Acnur, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ADJEONG, Adjei. *The Origins, Implementation and Effects of Ghana's 1969 Aliens Compliance Order*. PhD (Master of Philosophy in History) – Department of History, Faculty of Arts, College of Humanities and Legal Studies, University of Cape Coast, Ghana, 2009.

AFI. Entrevista concedida a Michelle Maria Stakonski Cechinel. Criciúma, 16 dez. 2017.

AGIER, Michel. *Commerce et Socieabilité: le négociants soudanais du quartier zongo de Lomé (Togo)*. Paris: Orstom, 1983.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. *Migrações, descentramentos e cosmopolitismo*. Maceió; São Paulo: Edufal; Fundação Editora Unesp, 2015.

AGYEMAN, Edmond Akwasi; SETRANA, Mary Boatema. Mobilidade humana em Gana. In: BAGIO, Fabio (org.). *Africanos em movimento: mobilidade humana em Gana, Nigéria, Angola e África do Sul*. Cidade do Cabo: Scalabrini Institute for Human Mobility in Africa (Sihma), 2014. p. 13-70

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. Entre Gana e Brasil: gênero e raça nas trajetórias de emigrantes ganeses em Criciúma (2014-2019). In: ALCÁNTARA, Manuel et al. (coord.). *Memoria del 56.o Congreso Internacional de Americanistas: Estudios de Genero*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018. p. 630-638.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.

AWUNBILA, Mariama et al. *Migration Country Paper: Ghana*. Accra: Centre for Migration Studies – University of Ghana, 2008.

BABIĆ, Bojana. Migração Sul-Sul (MSS). In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (org.). *Dicionário crítico das migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 476-484.

BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, Rosana. Introdução. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2 ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 13-14.

BRASIL. Lei nº 9474/1997, de 27 de julho de 2017a. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/551350>. Acesso em: 13 jan. 2019.

CASSENTINI, Giulia. Migration networks and narratives in Ghana: a case study from the Zongo. *Africa*, Cambridge, n. 88, v. 3, p. 452-468, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2017.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. *Migrações e mercado de trabalho no Brasil*. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo et al. *Resumo executivo*. Imigração e refúgio no Brasil: a inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019.

CRICIÚMA. *Relatório Situacional da Secretaria de Assistência Social Municipal de Criciúma*. 2016. Mimeo.

DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza. Sobre Fluxos e(m) Contextos Africanos. In: DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza (org.). *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 9-20.

FARKO. Entrevista concedida a Michelle Maria Stakonski Cechinel. Criciúma, 7 fev. 2018

FIGUEREDO, Luiz Orecio. *Migração haitiana em Santa Catarina: experiências de trabalhadores do Haiti na Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC)*. 2016. 229 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense,

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, SC, 2016.

FILHO, A. G. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2007.

GHANA. Ghana Statistical Service. *Population & Housing Census Report: Migration in Ghana 2010*, 2013. Disponível em: https://statsghana.gov.gh/gssmain/fileUpload/pressrelease/2010_PHC_National_Analytical_Report.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

IBGE. *Gráfico de distribuição da população africana por país de origem, segundo as grandes regiões*. Brasil. 2000.

IOM. Diaspora Engagement Project. Colloquium of the diaspora engagement Project: Linking the Ghanaian Diaspora to the development of Ghana. *Anais do Colóquio*. 2012. Disponível em: http://www.ghanaiandiaspora.com/wp/wp-content/uploads/2012/10/dep_colloquium_report.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020

JUNG, Philipp Roman; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. Aqui para ficar ou só de passagem? Experiências migratórias de senegaleses e ganeses no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 33, n. 2, p. 1-27, jul./dez. 2018.

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. *Dicionário de História da África: séculos VII a XVI*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOURENÇO, Vitor Alexandre Antunes. *Estado, autoridades tradicionais e processos políticos no Gana “pós-colonial”*: o caso da Região Ashanti. 2017. 442 p. Tese (Doutoramento em Estudos Africanos) – Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa ISCTE, Lisboa, 2017.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. *Migração internacional e dependência na divisão internacional do trabalho*: um estudo da região sul de Santa Catarina. 2013. 210 p. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. *A imigração haitiana em Santa Catarina*: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355p. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2 ed. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018. p. 368–383.

MBEMBE, Achille. Afropolitanismo. *Áskesis*, Araras, v. 4, n. 2, p. 68-71, jul./dez. 2015.

MERCANDALLI, S.; LOSCH, B. (coord.). *Rural Africa in motion: Dynamics and drivers of migration South of the Sahara*. Rome: FAO; Cirad, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). *Sistema de refúgio no Brasil*. Brasília: CONARE, 2016a. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). *Refúgio em números*. Brasília: Conare, 2016b. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). *Refúgio em números*. 2^a ed. Brasília: Conare, 2017b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/2deg-edicao-refugio-em-numeros-2010-2016-v-5-0-final.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). *Refúgio em números*. 3^a. ed. Brasília: Conare, 2018. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/refasgio-em-nasmeros_1104.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). *Refúgio em números*. 4^a. ed. Brasília: Conare, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-números_versão-23-de-julho-002.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

PEIL, Margaret. Ghana's Alien. *International Migration Review*, Nova York, n. 8, p. 367-381, 1974.

PEIL, Margaret. Ghanaians Abroad. *African Affairs*, Londres, v. 94, n. 376, p. 345-367, 1995.

PISON, Gilles. The number and proportion of immigrants in the population: international comparisons. *Population & Societies*, Paris, n. 563, p. 1-4, fev. 2019.

POLÍCIA FEDERAL (Brasil). *Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra)*: 2018-2020. Brasília: 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 20 fev. 2020.

POLÍCIA FEDERAL (Brasil). *Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro (Sincre)*: 2014-2017. Brasília: 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 20 fev 2020.

SANGALLI, Lucas C.; GONÇALVES, Maria do Carmo. Cursos migratórios e novas circularidades: migrantes da África Ocidental no Sul do Brasil. *Remhu — Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 27, n. 56, p. 61-80, ago. 2019.

SCHILDKROUT, Enid. *People of the Zongo: The Transformation of Ethnic Identities in Ghana*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision. 2017. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

UNITED NATIONS. United Nations Population Division, UNPD. Human Development Indices and Indicators, 2018 Statistical Update. 2018. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_summary_human_development_statistical_update_en.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

WILLIAMSON, E.A. *Understanding the zongo processes of socio-spatial marginalization in Ghana*. Master of Science in Architecture Studies – Department of Architecture, Massachusetts Institute of Technology, Boston, 2014.

NOTAS DE AUTOR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UDESC, FAED, PPGH, Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubí, 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Pesquisa vinculada ao projeto de tese intitulado “Trajetórias Afrodiáspóricas: histórias e memórias de migrantes ganeses em Criciúma (2014-2020)” no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Os depoimentos orais foram coletados pela autora e são vinculados ao Projeto de Pesquisa, coordenado pela autora, “Narrativas Diaspóricas: trajetórias de imigrantes africanos em Criciúma/SC” do edital 220/2016 do Programa Diversidades Inclusão e Direitos Humanos da Universidade do Extremo Sul Catarinense (DIDH-UNESC).

FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pelo programa Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior, Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (FUMDES/UNIEDU).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

As entrevistas orais utilizadas foram coletadas pela autora e fazem parte do acervo da pesquisa “Narrativas Diaspóricas: Trajetórias de imigrantes africanos em Criciúma/SC” do edital 220/2016 do Programa Diversidades Inclusão e Direitos Humanos da Universidade do Extremo Sul Catarinense (DIDH-UNESC). A pesquisa, coordenada pela autora do artigo, foi aprovada pelo Comitê de Ética, processo 74264717.4.0000.0119 em 31 de outubro de 2017. Todas as entrevistas foram realizadas pela autora do artigo.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Michelle Maria Stakonski Cechinel. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Tiago Kramer de Oliveira

Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 27 de março de 2020

Aprovado em: 16 de novembro de 2020

Como citar: CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. "A gente faz um zongo aqui": migrações contemporâneas ganesas e apropriações urbanas (2014-2020). *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 471-491, maio/ago. 2021.

